



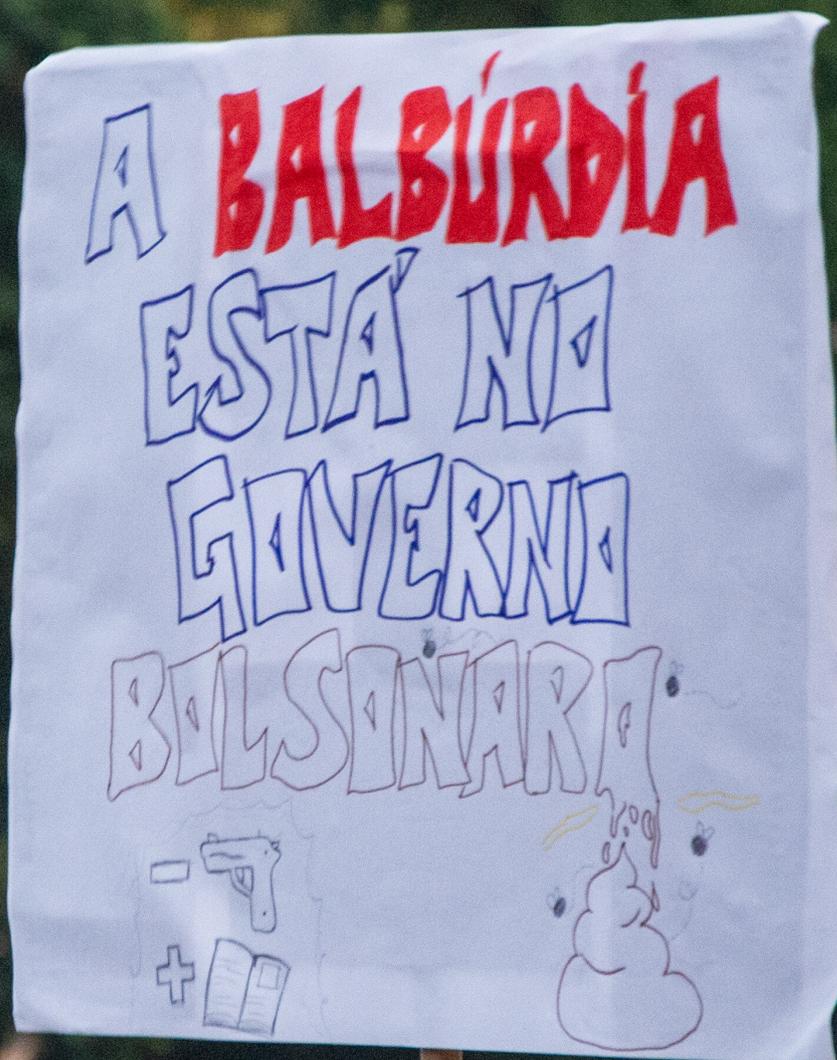
ADUR-RJ S.SIND

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN

EDIÇÃO Nº 192

SETEMBRO 2021

ADUR INFORMA



**As mudanças curriculares da BNC
da Formação Continuada: riscos
para a carreira docente e desmonte
da educação pública brasileira** Pág. 2

Também nesta edição: leia sobre a PEC do voto impresso, o debate sobre o retorno das aulas presenciais e o projeto de privatização dos Correios.

As mudanças curriculares da BNC da Formação Continuada: riscos para a carreira docente e desmonte da educação pública brasileira



Membros do Conselho Nacional de Educação. Imagem: Reprodução Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia.

Em outubro de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão normativo do MEC, homologou a Resolução CNE/CP nº 01/2020 e o Parecer CNE/CP nº 14/2020, referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e para a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-FC).

Ambos os documentos se relacionam diretamente com a Base

Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi aprovada após o golpe de 2016, no governo de Michel Temer, alterando profunda e estruturalmente as diretrizes tanto de conteúdo educacional quanto de carga horária estabelecida aos docentes e discentes.

Já no governo Bolsonaro, em dezembro de 2019, haviam sido homologadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FI), sendo

uma reformulação da Resolução nº 2/2015 do Conselho Nacional de Educação.

O CNE determina que as alterações devem ser implantadas pelas instituições de ensino em um prazo de até dois anos, contados a partir da data de aprovação do documento. No caso da BNC-FI, aprovada em dezembro de 2019, o prazo de adequação é até dezembro de 2021. Já na BNC-FC aprovada em outubro de 2020, a data é até outubro de 2022.

Desde antes da aprovação das medidas, especialistas da área, educadores, cientistas, docentes e pesquisadores passaram a alertar sobre os enormes retrocessos presentes em suas formulações e como eles poderiam impactar o desenvolvimento da educação no país. Entidades nacionais da educação básica à superior se manifestaram contra denunciando o caráter de desmonte da educação pública das resoluções, através de uma lógica tecnicista e privada, bem como também a falta de consulta e de participação de especialistas da área educacional no processo de construção das Diretrizes.

Para a professora e diretora de articulação institucional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Lucilia Augusta Lino de Paula, é altamente danoso realizar mudanças curriculares sem ouvir as instituições formadoras. Ela explica que as universidades e os cursos de licenciatura estavam ainda se adequando no processo de alteração curricular referente à resolução do CNE 02/2015, quando aconteceu a imposição de ter que se adequar à resolução de 2019.

“Não se altera uma resolução que veio do próprio Conselho Nacional de Educação sem primeiro fazer um diagnóstico sobre como está o processo de implementação, ouvir as instituições para saber quantas universidades já tinham feito a reformulação e quantas já estavam em processo de implementação. As instituições mandaram, através do Conselho de Pró-Reitores de Graduação (COGRAD-ANDIFES) e de manifestações das entidades nacionais, diversas manifestações



Manifestações de rua contra os ataques de Bolsonaro à educação, em 2019. Imagem: Imprensa ADUR-RJ.

para o Conselho Nacional de Educação de que não havia nenhum acordo nem interesse de adequação nem pertinência de se revogar ou alterar as diretrizes curriculares de 02/2015”, argumenta a docente.

Em entrevista à Imprensa ADUR-RJ, ela contou que estava presente na última audiência do CNE sobre o caso, ainda antes da pandemia, e que todas as falas dos educadores e especialistas foram contrárias à resolução 02/2019, mas que os conselheiros não ouviram as reclamações e aprovaram a medida. Lucilia, que é professora aposentada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e atual docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), explica que a BNC-FC, assim como a BNCC, fere a autonomia pedagógica e a autonomia universitária das instituições formadoras porque também é uma medida que foi imposta.

“Elas seguem uma pedagogia das competências que se curva à uma

lógica gerencial e empresarial, como se a educação e a escola fossem empresas. A pedagogia das competências é anacrônica, ela já foi superada lá nos anos 1990. Na produção de conhecimento no campo da educação, no campo da formação e no campo da teoria do currículo, não cabe uma base curricular, um referencial curricular ou diretriz curricular estritamente associada à competência, às habilidades mensuráveis. Isso é totalmente antieducativo e antipedagógico”, explica a docente.

A professora Lucilia avalia que as medidas representam um retrocesso inédito na história da educação brasileira e alerta para o fato de que a longo prazo, elas podem causar uma deformação dos cursos de licenciatura e uma descaracterização da formação de professores, gerando uma queda acentuada da qualidade da formação dos licenciados e da formação dos estudantes da educação básica.

“Os indivíduos que não vão ter a sua formação integral assegurada, ou seja, sua formação humana, à medida que a escola está sendo expurgada da sua dimensão social e o currículo está sendo entendido como algo meramente instrucional, retirando o acesso ao conteúdo e ao senso crítico que permitem fazer uma leitura crítica de mundo. Nas carreiras, o impacto também é terrível. Que professores serão esses formados depois do desmonte dos cursos de licenciatura? Eles vão ser meros tutores e instrumentalizadores da BNCC? Certamente a sociedade brasileira não se tornará melhor com essa padronização restrita e ideológica, à uma BNCC totalmente esvaziada de sentido social, de conteúdos acumulados pela sociedade ao longo de sua história, expurgada da ciência, da cultura e da arte”, contesta ela.

De acordo com a docente, o governo tenta responsabilizar professores, a formação, o currículo, por falhas que são estruturais para desviar o foco do real problema da educação pública brasileira, que é a falta de investimentos. “O Brasil é um dos países que menos investe per capita no custo aluno-qualidade. Há uma malversação de dados quando se coloca o valor bruto que o país gasta com educação, porque quando isso é dividido pelo número de estudantes, é um valor ínfimo. Nenhum país desenvolvido adquire bons índices educacionais, eleva o desempenho da sua educação básica e a da sua educação superior sem investir em educação. É a falta de investimento na educação básica e superior que produz uma perda da qualidade na educação. Tem que se investir no aluno e não há investimento sem recursos. E



Manifestações de rua contra os ataques de Bolsonaro à educação, em 2019. Imagem: Imprensa ADUR-RJ.

investir recursos públicos nas instituições públicas não é a entrega dos recursos públicos para instituições privadas! São as próprias instituições públicas que tem que gerir esses recursos porque elas têm todas as condições para isso”, defende.

Movimentos de resistência da educação contra os ataques do governo Bolsonaro

Desde que assumiu a presidência em 2019, Bolsonaro ataca sistematicamente a educação pública, principalmente as Instituições Federais de Ensino Superior, as IFES. O projeto político de Bolsonaro é o sucateamento dos serviços públicos, de maneira que o governo atua de diversas formas: reduzindo o orçamento das universidades; cortando recursos direcionados às instituições de fomento à ciência e à pesquisa; desrespeitando a autonomia universitária ao nomear interventores para as reitorias das IFES, ou até mesmo tentando

implantar projetos de privatização do ensino público, a exemplo do “Future-se”, programa apresentado e rejeitado ainda na gestão Weintraub do MEC. Diante dos ataques do governo federal e da atual conjuntura política, a professora Lucilia considera que a atuação dos movimentos de resistência e mobilização de maneira coletiva é fundamental.

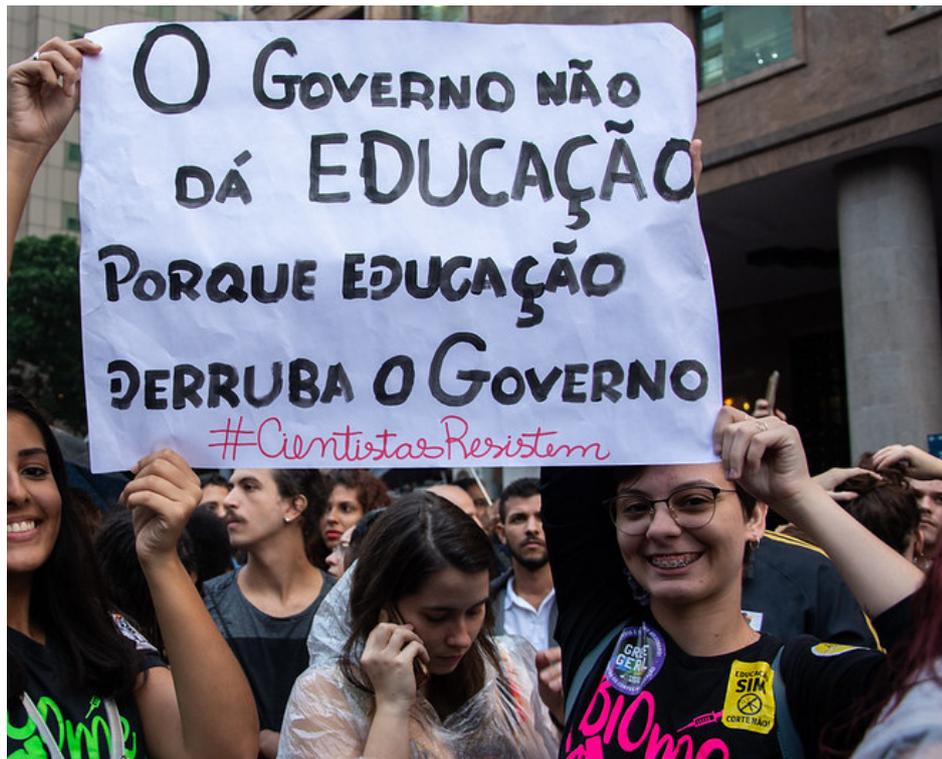
“Nós não podemos nos curvar e nos silenciar com esse descaso com a vida, com a saúde, com os direitos sociais da população, com a descaracterização da cultura, da educação, da sociabilidade e da cidadania dos brasileiros e brasileiras. É fundamental que os professores estejam organizados nos seus sindicatos, nas associações científicas e acadêmicas, os estudantes organizados nos movimentos estudantis, desde grêmios, centros acadêmicos até os movimentos estudantis nacionais”, declara a docente.

A docente enxerga que a universidade tem a função social de produzir ensino, pesquisa e extensão

socialmente referenciados, então, ela considera que o principal mecanismo de resistência e proteção da ciência é a própria produção da ciência. Lucilia explica que é um processo amplo, mas que acredita que as universidades precisam resistir a esses ataques, insistindo na afirmação da sua autonomia e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

“A produção acadêmica, a publicação, os eventos (ainda virtuais) são manifestações de resistência. Os Conselhos Superiores, Conselhos Universitários e Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão devem tirar manifestações públicas e escritas de repúdio a esses editais, à essas resoluções que descaracterizam os cursos de graduação, especificamente os de licenciatura. Os mecanismos de resistência que a gente tem é continuar fazendo aquilo que a universidade se propõe: ser um espaço de democratização. Porque a democracia não está dada, a democracia se faz na ação. Então, precisamos ampliar os processos de democratização do acesso ao ensino superior pelos estudantes das camadas populares, que são parte da população que historicamente tem sido excluída do direito à educação superior; democratizar os processos de permanência na universidade, garantindo assistência estudantil e a distribuição de bolsas, democratizar os financiamentos internos nos projetos de pesquisa e da divulgação das pesquisas produzidas”, pontua a professora.

Neste sentido, Lucilia chama atenção para a II Conferência Nacional Popular de Educação



Manifestações de rua contra os ataques de Bolsonaro à educação, em 2019. Imagem: Imprensa ADUR-RJ.

(CONAPE) de 2022, um movimento de resistência contra o desmonte da educação pública, que tem como objetivo reconstruir o país, defender a educação pública e popular com gestão pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade social para todas e todos. A CONAPE é organizada pelo Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), uma articulação de entidades nacionais do campo educacional e dos movimentos sociais em defesa da educação.

“Neste ano, nós comemoramos 100 anos de nascimento de Paulo Freire, o patrono da educação brasileira, aquele que nos ensinou que educação rima com conscientização, com libertação, com participação coletiva, com participação da sociedade. Só assim se constrói um projeto democrático de educação no país.

Então, é importante que os docentes, os técnicos administrativos e os estudantes da UFRRJ se envolvam

nesse movimento da CONAPE. Essa é a luta do movimento de educadores, dos estudantes e da população, se nós queremos reconstruir a democracia no país, nas escolas, no currículo, na gestão pública. O lema da CONAPE é “educação pública e popular se constrói com democracia e participação social, nenhum direito a menos”, declara Lucilia.

Os municípios Seropédica e Paracambi vão fazer a Conferência Intermunicipal nos dias 10 e 11 de setembro de 2021. Nova Iguaçu fará nos dias 3 e 4 de setembro deste ano também. Ambos os eventos serão online. Em novembro, acontecerá a conferência estadual do Rio de Janeiro. A Conferência Nacional está marcada para o primeiro semestre de 2022. Para mais informações, confira o site do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE).

Vitória? PEC 135 revelou um longo caminho para o Brasil até a normalidade política



PEC do voto impresso é derrotada na Câmara, mas placar indica força do bolsonarismo. Imagem: TSE/Divulgação

O triunfo da democracia brasileira sobre Jair Bolsonaro na questão do voto impresso terminou como a história da vitória de Pirro. Parlamentares de diversos espectros políticos foram às redes sociais celebrar o enterro de mais um dos projetos autoritários do presidente. Porém, ao analisarmos o placar eletrônico da votação, a sensação é que o bolsonarismo, como movimento político, está longe de ser derrotado.

O jornal Estado de São Paulo revelou no dia 13 de agosto que, na véspera da votação sobre o voto impresso, Bolsonaro abriu o cofre e pagou R\$ 1,03 bilhão de emendas individuais, dinheiro que chegou diretamente à base eleitoral de parlamentares. Dos 229 deputados que disseram “sim” ao voto impresso, 131, ou 57%, obtiveram

pagamento desse tipo de emenda no dia 2 de agosto, três dias antes da matéria ser analisada em comissão especial.

A PEC 135, que determinava a obrigatoriedade da impressão de cédulas físicas nas eleições, foi arquivada por não atingir 308 votos, número mínimo para aprovação de uma emenda constitucional. Mas, se por um lado o governo não conseguiu convencer sua base a aprovar a proposta, é notório que tenha conseguido que deputados de diversas siglas votassem a favor do projeto, uma traição às lideranças de seus partidos.

No caso do DEM, por exemplo, cujo presidente, o ex-prefeito ACM Neto, tenta se promover como um político de oposição a Bolsonaro, o grau de fidelidade foi de apenas

38%. A maioria dos deputados do DEM votou em favor do voto impresso. A mesma coisa vale para o PSD, o MDB e o PSDB. Na esquerda, dois partidos passaram vexame, o PSB e o PDT. O primeiro registrou um percentual de fidelidade de 60%. Já o PDT viu 6 de seus deputados votando em favor do voto impresso, contra a orientação da legenda.

Além do número expressivo de votos conquistado pelo governo, Bolsonaro promoveu ainda um desfile de blindados e tanques de guerra na Esplanada dos Ministérios no dia votação. Esperava-se que a iniciativa provocasse revolta nas lideranças políticas, que poderiam entender o ato como uma tentativa de intimidar o Congresso. Mas isso não

aconteceu. Salvo raras exceções na oposição, poucos partidos condenaram o desfile.

O líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), afirmou logo após a votação que o resultado passa um recado ao governo federal. “Dizemos não às intimidações, não à desestabilização das eleições, não à tentativa de golpe de Bolsonaro. Queremos no ano que vem eleições limpas, seguras, tranquilas e pacíficas, como o sistema atual garante”.

Bolsonaro, por sua vez, insistiu na tese de que hackers foram contratados em 2018 para “desviar” 12 milhões de votos. Segundo o presidente, como esses desvios não teriam sido suficientes para derrotá-lo, então os hackers não foram pagos, e por isso denunciaram o esquema. Apesar de não ter apresentado nenhuma prova, foi constrangedor observar a quantidade de parlamentares que embarcaram neste discurso.

Entre eles, há um em especial: o deputado Arthur Lira, presidente da Câmara e uma espécie de termômetro do Centrão. Lira levou à plenário a questão do voto impresso apesar da derrota da PEC na Comissão Especial. Ao justificar suas ações, o deputado disse que era preciso debater o assunto amplamente. Neste sentido, foi como se ele tivesse mandado um recado para os setores da imprensa e da sociedade civil: a força real do governo dentro do Congresso é enorme, e o impeachment, como



Em Brasília, manifestação de apoiadores do presidente Bolsonaro pedem a impressão do voto (foto: Sérgio Lima/Poder360)

Rodrigo Maia constantemente alertara, é uma utopia das bolhas progressistas.

Esse é o verdadeiro motivo do gosto amargo da vitória sobre o voto impresso. Para impedir um impeachment, o governo precisa contar com um mínimo de 172 parlamentares. Como foi observado, Bolsonaro foi capaz de convencer 229 deputados a embarcar em um delírio golpista. Falar em destituição presidencial neste momento é negar a realidade política no Brasil. E por isso, Bolsonaro também foi um vencedor na votação da PEC 135.

Na linha tênue entre o que é verdade e o que é mentira no discurso de Jair Bolsonaro, entre o que ele afirma no cercadinho para os seus apoiadores e o que ele realmente deseja fazer, não é possível conceber que o sistema eleitoral brasileiro esteja em discussão. Bolsonaro atribuiu a

derrota na votação da PEC ao “medo de retaliação” que deputados têm de sofrer do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso. Em seguida, celebrou que metade do Congresso expôs sua descrença com relação ao TSE.

Apesar de enterrada, a PEC 135 revelou que Bolsonaro segue forte para a campanha presidencial de 2022. De acordo com pesquisa da EXAME/IDEIA em maio deste ano, Bolsonaro seria reeleito com ao menos sete pontos de vantagem contra Lula em 2022. Ainda que discordemos desta vantagem, qualquer análise política deve levar em conta que parlamentares do Centrão seguem alinhados com o projeto de Paulo Guedes para o Brasil, de desmonte, de sucateamento, de privatizações. Há um longo caminho a ser percorrido pelo Brasil até a volta da normalidade política.

MPF quer obrigar retorno das aulas presenciais



Mesmo sem condições sanitárias, MPF quer o retorno das aulas presenciais. Imagem: Divulgação/MCTIC.

Em julho deste ano, o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro entrou com uma ação civil pública na Justiça para obrigar os estabelecimentos federais de ensino superior e básico do estado a retornarem às aulas presenciais. A medida fere a autonomia universitária, coloca toda a comunidade acadêmica em risco e provocou uma reação jurídica das instituições. O prazo oferecido pelo MPF é o dia 18 de outubro e a justificativa para a ação é a ampliação da vacinação no estado.

“Diante do novo cenário de crescente imunização da população adulta brasileira, a excepcionalidade pontual que fundamentou a edição de atos normativos autorizadores de ensino integralmente à distância contando como carga horária letiva não encontra mais respaldo na atual situação em que se encontra o país, especialmente o Estado do Rio de Janeiro”, defendem os procuradores Fábio Moraes de Aragão e Maria Cristina Manuella Cordeiro.

Ainda no ano passado os procuradores já haviam expedido recomendações aos

estabelecimentos de ensino federal cobrando o retorno presencial. Na UFRRJ, no dia 2 de dezembro de 2020 o gabinete da Reitoria recebeu o documento “Ação Coordenada visando a retomada das aulas presenciais no Sistema Federal de Ensino - UFRRJ”, que continha recomendações e o requerimento da manifestação da Reitoria dentro do prazo de 15 dias.

Na ocasião, a Universidade respondeu ao MPF enviando o Plano de Retomada proposto pelo Comitê de Acompanhamento do Coronavírus na UFRRJ aprovado pelo Conselho Universitário. O documento continha a previsão de bandeiras sugeridas com base em indicadores epidemiológicos divulgados pelas comunidades científicas. E informava, ainda, sobre a aprovação das Normativas para Estudos Continuados Emergenciais (ECE) e de um conjunto de medidas institucionais adotadas pela UFRRJ para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19.

Em março aconteceu uma reunião com os procuradores do MPF, e na sequência,

uma série de ofícios foram trocados entre as instituições antes da ação civil pública do MP ser aberta. A ação estabelecia o prazo de 14 em julho para resposta e o dia 18 de outubro como limite para a retomada das atividades presenciais.

Em resposta, a UFRRJ e demais IFES do Rio de Janeiro publicaram uma nota conjunta, na qual apontam preocupação com a ação, a violação da autonomia universitária, e o fato da medida desconsiderar a questão financeira das instituições.

“Tais instituições nunca deixaram de funcionar, desenvolvendo um conjunto de ações institucionais com o objetivo de minimizar os efeitos da pandemia de COVID-19 nas atividades de assistência, pesquisa e extensão que têm sido essenciais ao combate à COVID-19 e à proteção à saúde da população. [...] Toda vez em que é violada a autonomia universitária é a ciência que sucumbe diante de crenças políticas e ideológicas”, defende a nota, de 15 de julho.

Reunião interna na UFRRJ debateu a medida

No mês de julho foram realizadas duas reuniões para avaliar e tomar posicionamentos frente a Ação Civil Pública movida pelo MPF contra a UFRRJ e outras IFES do Rio de Janeiro para retorno das aulas presenciais no mês de outubro. No dia 6 de agosto a reunião foi realizada com a presença da ADUR, SINTUR e Reitoria, contando com a participação do Dr. Carlos Boechat e Dr^a. Gabriela Fenske, assessores jurídicos da ADUR, tanto para debater medidas sanitárias internas, quanto as alternativas jurídicas.

No dia 25 de agosto, ADUR, SINTUR, DCE, Pró-Reitores e Diretores se reuniram com a Reitoria da UFRRJ para discutir a ação do MPF-RJ. No encontro, a Reitoria apresentou a proposta conciliatória do MPF, na qual a data de 18 de outubro foi mantida, mas o contingente de pessoas seria diminuído de acordo com a bandeira de risco da Instituição. A proposta prevê: até 40% da capacidade de atendimento da unidade no caso de bandeira vermelha; até 70% no caso de bandeira laranja; e até 100 % da capacidade de atendimento da unidade de ensino, no caso de bandeira amarela e verde.

Ao participar da reunião, a ADUR se posicionou apontando que mesmo esta proposta prevê o retorno de 100% dos docentes já em outubro, o que já é um risco. Além disso, a medida também implicaria em uma dupla jornada para os professores, que precisarão dar as aulas presenciais e também dar conta do conteúdo para os 60% de estudantes que não estiveram presentes. A medida precariza e vulnerabiliza ainda mais a situação dos docentes em meio à pandemia.

Em nova audiência, ocorrida no dia 31 de agosto, no qual o Ministério da Educação foi convocado, o MEC se

posicionou favorável ao retorno imediato, mas também afirmou que é preciso respeitar a autonomia universitária. Com isso, a juíza do caso encaminhou que as universidades teriam um prazo para justificar o retorno em 2022. Em resposta, no dia 2 de setembro, a UFRRJ enviou sua proposta na qual indica o início do semestre letivo 2021 a partir do dia 20 de setembro de 2021 de forma remota para a maioria dos cursos, e o retorno de todas as atividades acadêmicas presenciais a partir de abril de 2022, “condicionada à melhora significativa dos indicadores epidemiológicos da Covid-19 no estado do Rio de Janeiro e no país”.

O documento também apresenta as justificativas para a proposta, destacando o agravamento da pandemia, causada principalmente pela variante Delta, que tem o Rio de Janeiro como epicentro, e os percentuais insuficientes de vacinação da comunidade acadêmica.

A situação está sob análise da Justiça.

Em caso parecido, Justiça de Goiás nega pedido do MPF

Assim como aconteceu no Rio de Janeiro, em Goiás, o MPF também entrou com uma ação civil pública para que as IFES do estado retornem às aulas presenciais até o final de setembro deste ano. A Justiça Federal negou o pedido de tutela provisória de urgência requerido pelo MPF considerando que a universidade tem adotado as medidas necessárias para assegurar as condições de aprendizagem necessárias para a comunidade acadêmica, dentro do que a crise sanitária permite. O juiz Jesus Crisóstomo de Almeida também pontuou não ver motivos para uma interferência judicial nas decisões da UFG.

“Só se pode admitir uma intervenção judicial, de forma constitucional e com legitimidade, quando os benefícios sociais superarem os custos da

abstenção. Tenho por ausente a plausibilidade jurídica da tese inicial, precisamente no que toca à alegada necessidade de retomada imediata das atividades presenciais por parte da universidade, como defende o Ministério Público Federal”, diz a decisão.

A tutela de urgência foi negada, mas o processo ainda será julgado no mérito.

Promotor do caso tem histórico de ataque às universidades

Um dos promotores que assinam a ação do MPF, Fábio Aragão, tem um histórico de perseguição às Instituições de Ensino do Rio de Janeiro. A UFRRJ foi alvo do Procurador na ação, que incluía um pedido de autotutela, para que a justiça determinasse a desocupação estudantil que ocorreu em 2016, parte das mobilizações contra a PEC 32. No processo, os réus foram a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a União e também incluía os “estudantes não identificados que ocupam o campus da primeira requerida”.

Aragão também é autor da ação que coagiu o então reitor da UFRJ, Roberto Leher e a então estudante de engenharia, Thais Rachel Zacharia, em um processo controverso que acusava ambos de improbidade administrativa. O pretexto da ação foi a atividade “UFRJ em defesa dos direitos sociais, políticos e das conquistas democráticas no país”, que aconteceu no dia 29 de março de 2016, no Largo São Francisco de Paula, em frente ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)/Instituto de História (IH) e reuniu cerca de mil pessoas. Leher foi um dos palestrantes na atividade e a estudante, na época, era presidente do Centro Acadêmico de Engenharia da UFRJ. De acordo com o processo, a atividade teve uso político-partidário.

A privatização dos Correios: avanços do neoliberalismo na venda do patrimônio público brasileiro



Servidores dos Correios se organizam em greve contra a privatização da estatal em setembro de 2020. Imagem: Reprodução Revista Exame.

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 591/2021, que determina a privatização da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). O PL passou com 286 votos favoráveis e 173 contrários. O Projeto faz parte de mais uma de suas promessas e acenos neoliberais do governo no andamento das privatizações de estatais brasileiras.

O PL 591/2021 permite que os serviços postais sejam realizados por corporações privadas, sob a regulamentação da Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel), que passará a se chamar Agência Nacional de Telecomunicações e Serviços Postais. Além disso, o texto também abre a probabilidade de um maior

prazo na operação dos serviços pela empresa privada que adquirir os Correios.

O PL ainda precisa passar pela análise do Senado antes de ser definitivamente aprovado e seguir para sanção do presidente. No entanto, as previsões são de que a validação deve acontecer com facilidade nas próximas semanas, já que há um forte lobby liberal e apoio dos parlamentares governistas dentro do Congresso Nacional.

Os interesses privados no desmonte do setor público

O ministro da Economia, o ultraliberal Paulo Guedes, defende a venda dos Correios argumentando que a empresa é deficitária e geradora de gastos desnecessários

para a União. As alegações do ministro, entretanto, não se comprovam. De acordo com o próprio site do governo federal, os dados fornecidos pelo Conselho de Administração dos Correios mostraram que em 2020, a empresa registrou o maior lucro líquido nos últimos 10 anos: a arrecadação do ano passado atingiu 1,53 bilhão de reais, um crescimento de 84% em comparação com o ano anterior, 2019.

Para o diretor do Sindicato dos Correios do Rio de Janeiro, André Messias, "Paulo Guedes deseja retirar os Correios da competição, pois sabe que o Estado tem mais capacidade para fazer o serviço postal. A existência dos Correios neste processo pode deixar claro para toda população brasileira que a

teoria neoliberal é uma farsa”.

O economista e professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFRRJ, Antônio José Alves, define que “a argumentação da falta de qualidade associada a qualquer coisa que seja pública é o vinil arranhado de Paulo Guedes.”

O docente critica o fato do ministro da Economia argumentar que o setor público não tem qualidade na prestação dos serviços sem apresentar dados que comprovem sua teoria. “O uso de evidências mínimas é muito importante para sustentar nossos pontos, pois falamos sobre economias onde vivemos. Já o ministro da Economia, que é, por sua posição, um expoente na profissão, dá a impressão de que o economista só precisa ter poder para dizer o que quer. De fato, ele até pode e faz o que quer, considerando a quantidade de reformas anti-populares que patrocinou. Mas, é preciso que se saiba, não é com um argumento robusto ou científico”, explica o docente.

O papel do serviço postal universal

Os Correios são a estrutura pública federal mais presente no país e têm um papel muito importante na distribuição de correspondências e encomendas, inclusive remédios nas regiões mais remotas e menos assistidas. Presente em todos os 5.570 municípios, é a empresa pública mais antiga do Brasil, fundada há 358 anos. Atualmente, além do transporte de cartas e encomendas com as menores tarifas do mercado, fornece inúmeros serviços à população, como pagamentos, serviços bancários e emissão de documentos.



O chamado “serviço postal universal” faz dos Correios a única instituição pública presente em todos os 5.570 municípios brasileiros. Imagem: Reprodução site dos Correios.

Wilson Araújo, diretor do Sindicato dos Correios do Maranhão, explica que, por conta da obrigação da empresa de atender todo o território nacional, os Correios têm imunidade tributária, mas que este cenário pode mudar drasticamente com a privatização da estatal. “A iniciativa privada tem como objetivo alcançar o lucro e em razão disso, mesmo que tenha que pagar impostos, não terá a obrigação de estar presente em todos os municípios. A iniciativa privada só quer estar em no máximo 500 municípios, menos de 10% da quantidade de municípios que existem no Brasil. Nós entendemos que não existe lucro possível de ser conquistado em 5 mil municípios porque se houvesse essa possibilidade de lucro, a iniciativa privada já estaria lá instalada. Com a privatização, a missão da empresa de atender toda a sociedade fica em segundo plano e passa a ter como sua prioridade a busca do lucro privado, a gente vê que os pequenos negócios e

pequenos contratos ficam prejudicados”, argumenta o diretor.

Araújo também explica que até as grandes empresas podem sofrer prejuízos em seus contratos com a privatização. “As redes de todo o varejo, pequeno, médio e grande, também utilizam os Correios para entregar nos municípios que a iniciativa privada não faz distribuição. É muita gente que é atendida exclusivamente hoje pelos Correios. Com a privatização, além de pagar imposto, o que já vai no primeiro momento aumentar preços, a gente vai assistir o fechamento de enorme parte do atendimento diário de milhares de municípios”.

O serviço postal também atua estrategicamente na integração nacional, sobretudo nos desafios de inclusão em países de proporções continentais, como é o caso do Brasil. O professor Antônio José defende que a estatal brasileira é fundamental para a redução de desigualdades sociais. “Os Correios

desempenham um papel muito mais importante do que faturar com serviço de entrega de correspondências e encomendas. Em países grandes, com disparidades econômicas e sociais, muitas cidades pequenas e locais de difícil acesso, com um desnível enorme na oferta de infraestrutura de transportes, essa empresa tem funções que influenciam a política de saúde, como a entrega de vacinas, as eleições, uma vez que cabe aos Correios levar e trazer as urnas eletrônicas e outros serviços públicos. Os privados vão se comprometer com isso sem repassar custos para as demais atividades?”, questiona o professor.



Trabalhadores protestam contra a venda dos Correios.
Imagem: Reprodução Jornalistas Livres.

O sucateamento do serviço público como uma estratégia para demissões em massa de trabalhadores

A privatização dos Correios representa uma perda enorme para os trabalhadores da empresa, que serão sumariamente despedidos a partir dos próximos 18 meses subsequentes à desestatização, caso não aceitem o plano de demissão voluntária que está sendo elaborado. Além disso, uma cláusula para estimular a recontração dos trabalhadores pela empresa privada que vier a comprar os Correios não foi aprovada, já que isto poderia tirar a atratividade do negócio e reduzir a eficiência da nova empresa.

O professor Antônio José considera que o acúmulo de reformas trabalhistas nos últimos poucos anos indica uma alta chance de que os direitos trabalhistas sofram ainda mais precariedade, e com os altos índices de desemprego, ele aponta que a tendência é que os salários caiam e haja grande rotatividade. De acordo com o docente, a disputa pelos Correios envolve grandes grupos econômicos que têm interesse nos novos negócios do varejo eletrônico com logística no Brasil, como Magazine Luiza, Amazon, Lojas Americanas, Mercado Livre, Alibaba Express, DHL e FEDEX.

“O varejo eletrônico e a logística

são atividades que parecem estar se fundindo. O controle dos Correios poderia ser uma vantagem decisiva para esses grupos e, ao mesmo tempo, representar um tremendo desafio regulatório (...) Onde o Estado é mais necessário, é onde mais ele se retira. Se essas mudanças forem à frente, será necessário pensar no futuro do varejo de rua, dos empregos, da questão fiscal. É o contrário do que os outros Estados nacionais vêm fazendo, mas é o que está acontecendo aqui: vamos andando a esmo, depressa e, eventualmente, andando pra trás. O futuro, nessa falta de direção, não é nada alvissareiro”, conclui o docente.

ADUR INFORMA

Presidente: Lúcia Aparecida Valadares Sartório, **1º Vice-Presidente :** Claudio Maia Porto, **2º Vice-Presidente:** Luciana de Amorim Nóbrega, **1º Secretária :** Marina de Carvalho Cordeiro, **2º Secretário :** Leandro Tomáz de Araújo, **1º Tesoureiro :** Marcelo Pereira Fernandes, **2º Tesoureiro:** Alexandre Jerônimo de Freitas

Equipe de Comunicação

Jornalistas: Pollyana Lopes, Larissa Guedes e João Pedro Teixeira Werneck Vianna

Rod. BR 465, Km7 - Campus da UFRRJ - Seropédica, RJ
CEP: 28851-970 - Caixa Postal: 74537